

Os

Protocolos

Dos

Sábios

De

Síão

Os Protocolos dos Sábios de Sião

"Vou me tornar seu inimigo, porque te conto a verdade?" (Gálatas 4:16)



Tradução:
HON. GUSTAVO BARROSO

Demiurge Series
Vol. III



ESTA É UMA PRÉVIA

Adquira o volume completo em:
<http://loja.magistertempli.com/>

INDEX

CAPÍTULO I — O Direito Reside na Força

O direito reside na força. A liberdade é uma idéia. O liberalismo. O ouro. A fé. A autonomia. O despotismo do capital. O inimigo interno. A multidão. A anarquia. A política e a moral. O direito do mais forte. O poder judaico-maçônico é invencível. O fim justifica os meios. A multidão é cega. O alfabeto político. As discórdias dos partidos. A forma de governo que melhor conduz ao nosso fim é a aristocracia. As bebidas alcoólicas. O classicismo. A devassidão. O princípio e as regras do governo Judaico e franco-maçon. O terror. Liberdade. Igualdade. Fraternidade. O princípio do governo dinástico. destruição dos privilégios da aristocracia dos cristãos. Cálculo psicológico. Abstração da liberdade. Removibilidade dos representantes do povo.

CAPÍTULO II — O Êxito das Doutrinas Destruidoras

As guerras econômicas são a base da supremacia judaica. A administração visível e os "Conselheiros Secretos". O êxito das doutrinas destruidoras. A assimilação na política. O papel da imprensa. O preço do ouro e o valor das vítimas judaicas.

CAPÍTULO III — A Serpente Simbólica

A serpente simbólica e sua significação. Instabilidade do equilíbrio constitucional. O terror nos palácios. O poder e a ambição. As máquinas de falar dos parlamentos, os panfletos. Os abusos do poder. A escravidão econômica. "A verdade do povo". Os açambarcadores e a aristocracia. O exército dos franco-maçons judeus. A degenerescência dos cristãos. A fome e o direito do capital. A vinda e a coroação do "Senhor Universal". O objeto fundamental do programa das futuras escolas populares dos franco-maçons. O segredo da ciência da ordem social. Crise econômica geral. Segurança dos "nossos". O despotismo dos franco-maçons é o reinado da razão. Perda dum guia. A franco-maçonaria e a "grande" revolução francesa. O rei déspota é do sangue de Sião. Causas da invulnerabilidade da franco-maçonaria. A Liberdade.

CAPÍTULO IV — As Diversas Fases duma República

As diversas fases duma república. A franco-maçonaria externa. A liberdade e a fé. A concorrência internacional do comércio e da indústria. O papel da especulação. O culto do ouro.

CAPÍTULO V — O Governo Supremo

Criação de forte concentração do governo. Os modos da franco-maçonaria se apoderar do poder. Por quê os Estados não conseguem entender-se. "Pre-eleição" dos judeus. O ouro é o motor de todos os mecanismos dos Estados. Os monopólios no comércio e na indústria. A importância da crítica. As instituições "como são vistas". Cansaço causado pelos discursos. Como tomar conta da opinião pública? A importância da iniciativa privada. O governo supremo.

CAPÍTULO VI — O Comércio, a Indústria, e a Especulação

Os monopólios; as fortunas dos cristãos dependem desses monopólios. A aristocracia privada de riqueza territorial. O comércio, a indústria e a especulação. O luxo. A alta do salário e o encarecimento dos gêneros de primeira necessidade. A anarquia e a embriaguez. O sentido secreto da propaganda das teorias econômicas.

CAPÍTULO VII — O Papel das Guerras e do Ódio

Porque é preciso aumentar os armamentos. Fermentações, discórdias e ódios no mundo inteiro. Coação da oposição dos cristãos pelas guerras e pela guerra geral. O segredo é o penhor do êxito na política. A imprensa e a opinião pública. Os canhões americanos, japoneses e chineses.

CAPÍTULO VIII — O Uso Equívoco do Direito Teórico

Uso equívoco do direito teórico. Os colaboradores do regime franco-maçon. Escolas particulares e de educação superior inteiramente particular. Economistas e milionários. A quem se deve confiar os postos de responsabilidade no governo.

CAPÍTULO IX — O Terror

Aplicação dos princípios maçônicos para refazer a educação dos povos. A palavra de ordem franco-maçônica. Importância do anti-judaísmo. As ditadura da franco-maçonaria. O terror. Aqueles que servem à franco-maçonaria. A força "inteligente" e a força cega dos reinos cristãos. Comunhão do poder com o povo. A arbitrariedade liberal. Usurpação da instrução e da educação. Interpretação das leis. Os metropolitanos.

CAPÍTULO X — A Genialidade da Baixeza

A força das coisas na política. A "genialidade" da baixeza. O que promete o golpe de Estado franco-maçônico. O sufrágio universal. A estima de si mesmo. Os chefes dos franco-maçons. O guia genial da franco-maçonaria. As instituições e suas funções. O veneno do liberalismo. A constituição é a escola das discórdias de partidos. A era republicana. Os presidentes são criaturas da franco-maçonaria. Responsabilidade dos presidentes. O "Panamá". O papel da Câmara dos Deputados e do Presidente. A franco-maçonaria é uma força legislativa. A nova constituição republicana. Passagem para a "autocracia" franco-maçônica. Momento da proclamação do "rei universal". Inoculação de doenças e outros malefícios da franco-maçonaria.

CAPÍTULO XI — Cristãos são Apenas Carneiros

O programa da nova constituição. Alguns pormenores sobre o golpe de Estado proposto. Os cristãos são carneiros. A franco-maçonaria secreta e suas lojas de "fachada".

CAPÍTULO XII — O Verdadeiro Sentido da Palavra Liberdade

Interpretação maçônica da palavra "liberdade". Futuro da imprensa no reino dos franco-maçons. O controle da imprensa. As agências de correspondentes. Que é o progresso para os franco-maçons? A solidariedade dos franco-maçons na imprensa moderna. Excitação das exigências "sociais" provinciais. Infalibilidade do novo regime.

CAPÍTULO XIII — A Necessidade do Pão Cotidiano

A necessidade do pão quotidiano. As questões políticas. As questões industriais. As diversões. As casas do povo. A verdade é uma só. Os grandes problemas.

CAPÍTULO XIV — A Religião do Futuro

A religião do futuro. A servidão futura. Impossibilidade de conhecer os mistérios da religião do porvir. A pornografia e o futuro da palavra impressa.

CAPÍTULO XV — Golpe de Estado Mundial

Golpe de Estado mundial em um dia. As condenações à morte. A futura sorte dos franco-maçons cristãos. O caráter místico do poder. Multiplicação das lojas maçônicas. A administração central dos Sábios. A questão Azef. A franco-maçonaria é o guia de todas as sociedades secretas. A importância do êxito público. O coletivismo. As vítimas. As condenações à morte de franco-maçons. Queda do prestígio das leis e da autoridade. A pré-eleição. Brevidade e clareza das leis do reino futuro. Obediência à autoridade. Medidas contra o abuso de poder. Crueldade das punições. Limite de idade para os juizes. O liberalismo de juizes e do poder. O dinheiro mundial. O absolutismo da franco-maçonaria. Direito de cassação. O "aspecto" patriarcal do futuro "governo". O direito do mais forte como direito único. O rei de Israel é o patriarca do mundo.

CAPÍTULO XVI — O Ensino pela Imagem

As universidades tornadas inofensivas. O classicismo substituído. A educação e a profissão. Propaganda da autoridade do "Governo" nas escolas. Abolição do ensino livre. As novas teorias. A independência do pensamento. O ensino pela imagem.

CAPÍTULO XVII — Meios de Luta contra a Igreja Cristã

O foro. A influência dos padres cristãos. A liberdade de consciência. O rei dos judeus, patriarca e papa. Meios de luta contra a Igreja atual. Problemas da imprensa contemporânea. Organização da polícia. A polícia voluntária. A espionagem pelo modelo da sociedade judaica. Os abusos do poder.

CAPÍTULO XVIII — Medidas de Segurança

Medidas de segurança. Vigilância dos conspiradores. Uma guarda aparente é a ruína do poder. A guarda do rei dos judeus. O prestígio místico do poder. Prisão à primeira suspeita.

CAPÍTULO XIX — Propaganda dos Crimes Políticos

O direito de apresentar súplicas e projetos. As facções. Os crimes políticos julgados nos tribunais. A propaganda dos crimes políticos.

CAPÍTULO XX — O Programa Financeiro

O programa financeiro. O imposto progressivo. Percepção progressiva em selos. Caixa de fundos em valores-papel e estagnação do dinheiro. Tribunal de contas. Abolição da representação. Estagnação dos capitais. Emissão de dinheiro. O câmbio do ouro. O câmbio do custo do trabalho. O orçamento. Os empréstimos do Estado. A série de títulos ao juro de 1%. As ações industriais. Os governantes dos cristãos: os favoritos; os agentes dos franco-maçons.

CAPÍTULO XXI — Os Empréstimos Internos

Os empréstimos internos. O passivo e os impostos. As conversões. As caixas econômicas e a renda. Supressão da bolsa de fundos públicos. Taxação dos valores industriais.

CAPÍTULO XXII — O Segredo do Futuro

O segredo do futuro. O mal secular base do bem futuro. A auréola do poder e sua adoração mística.

CAPÍTULO XXIII — O Eleito de Deus

Redução da produção dos objetos de luxo. A pequena indústria. O desemprego. Interdição da embriaguez. Condenação à morte da antiga sociedade e sua ressurreição sob uma nova forma. O eleito de Deus.

CAPÍTULO XXIV — O Rei e seus Três Iniciadores

Fortalecimento das bases do rei David. Preparação do rei. Afastamento dos herdeiros diretos. O rei e seus três iniciadores. Inatacabilidade dos costumes públicos do rei dos Judeus.

Capítulo 1

ABANDONANDO toda e qualquer fraseologia, estudemos cada idéia em si mesma e esclareçamos a situação com comparações e deduções.

Formularei, portanto, nosso sistema do nosso ponto de vista e do ponto de vista dos cristãos.

É preciso ter em vista que os homens de maus instintos são mais numerosos que os de bons instintos. Por isso se obtém melhores resultados governando os homens pela violência e o terror do que com discussões acadêmicas. Cada homem aspira ao poder, cada qual, se pudesse, se tornaria ditador; ao mesmo tempo, poucos são os que não estão prontos a sacrificar o bem geral para conseguir o próprio bem.

Quem conteve as feras chamadas homens? Quem os guiou até agora? No princípio da ordem social, submeteram-se à força bruta e cega, e mais tarde, à lei, que é essa força mascarada. Concluo, pois, de acordo com a lei da natureza, que o direito reside na força ⁽¹⁾.

A liberdade política é uma idéia e não uma realidade. É preciso saber aplicar essa idéia, quando for necessário atrair as massas populares ao seu partido com a isca duma idéia, se esse partido formou o desígnio de esmagar o partido que se acha no poder (nota: ex: Rev. Francesa). Esse problema torna-se fácil, se o adversário recebeu esse poder da idéia de liberdade, do que se chama liberalismo, e sacrifica um pouco de sua força a essa idéia. E eis onde aparecerá o triunfo de nossa teoria: as rédeas frouxas do poder serão logo tomadas, em virtude da lei da natureza, por outras mãos porque a força cega do povo não pode ficar um dia só sem guia, e o novo poder não faz mais do que tomar o lugar do antigo enfraquecido pelo liberalismo.

Nos dias que correm, o poder do ouro substituiu o poder dos governos liberais. Houve tempo em que a fé governou. A liberdade é irrealizável, porque ninguém sabe usar dela dentro de justa medida. Basta deixar algum tempo o povo governar-se a si mesmo para que logo essa autonomia se transforme em licença. Então, surgem dissensões que em breve se transformam em batalhas sociais, nas quais os Estados se consomem e em que sua grandeza se reduz a cinzas.

Se o Estado se esgota nas suas próprias convulsões ou se suas comoções intestinas o põem a mercê dos inimigos externos, pode ser considerado irremediavelmente perdido; caiu em nosso poder. O despotismo do capital, intacto entre nossas mãos, aparece-lhe como uma tábua de salvação, à qual, queira ou não queira, tem de se agarrar para não ir ao fundo.

Aquele cuja alma liberal quiser considerar esses raciocínios como imorais, perguntarei: se todo Estado tem dois inimigos, e se lhe é permitido, sem a menor pecha de imoralidade, empregar contra o inimigo externo todos os meios de luta, como, por exemplo, não lhe dar a conhecer seus planos de ataque ou defesa, surpreendê-lo à noite ou com forças superiores, porque essas mesmas medidas, usadas contra um inimigo pior, que arruinaria a ordem social e a propriedade, seriam ilícitas e imorais?

Um espírito equilibrado poderá esperar guiar com êxito as multidões por meio de exortações sensatas e pela persuasão, quando o campo está aberto à contradição, mesmo desarrazoada, mas que parece sedutora ao povo, que tudo compreende superficialmente? Os homens, quer sejam ou não da plebe, guiam-se exclusivamente por suas paixões mesquinhas, suas superstições, seus costumes, suas tradições e teorias sentimentais: são escravos da divisão dos partidos que se opõem a qualquer harmonia razoável. Toda decisão da multidão depende duma maioria ocasional ou, pelo menos, superficial; na sua ignorância dos segredos políticos, a multidão toma resoluções absurdas; e uma espécie de anarquia arruina o governo. A política nada tem de comum com a moral. O governo que se deixa guiar pela moral não é político, e portanto, seu poder é frágil. Aquele que quer reinar deve recorrer à astúcia e à hipocrisia. As grandes qualidades populares — franqueza e honestidade — são vícios na política, porque derrubam mais os reis dos tronos do que o mais poderoso inimigo. Essas qualidades devem ser os atributos dos reinos cristãos e não nos devemos deixar absolutamente guiar por elas.

Nosso fim é possuir a força. A palavra "direito" é uma idéia abstrata que nada justifica. Essa palavra significa simplesmente isto: "Dai-me o que eu quero, a fim de que eu possa provar que sou mais forte do que vós". Onde começa o direito, onde acaba?

Num Estado em que o poder está mal organizado, em que as leis e o governo se tornam impessoais por causa dos inúmeros direitos que o liberalismo criou, veio um novo direito, o de me lançar, de acordo com a lei do mais forte, contra todas as regras e ordens estabelecidas, derrubando-as; o de por a mão nas leis, remodelando as instituições e tornando-me senhor daqueles que abandonaram os direitos que lhes dava a sua força, renunciando a eles voluntariamente, liberalmente...

Em virtude da atual fragilidade de todos os poderes, nosso poder será mais duradouro do que qualquer outro, porque será invencível até o momento em que estiver tão enraizado que nenhuma astúcia o poderá destruir...

Do mal passageiro que ora somos obrigados a fazer nascerá o bem dum governo inabalável, que restabelecerá a marcha regular do mecanismo das existências nacionais perturbadas pelo liberalismo. O resultado justifica os meios. Prestamos atenção aos nossos projetos, menos quanto ao bom e ao moral do que quanto ao útil e ao necessário.

Temos diante de nós um plano, no qual está exposto estrategicamente a linha de que não nos podemos afastar sem correr o risco de ver destruído o trabalho de muitos séculos.

Para achar os meios que levam a esse fim, é preciso ter em conta a covardia, a instabilidade, a inconstância da multidão, sua incapacidade em compreender e discernir as condições de sua própria vida e de sua prosperidade. É necessário compreender que a força da multidão é cega, insensata, sem raciocínio, indo para a direita ou para a esquerda ⁽²⁾. Um cego não pode guiar outro cego sem levá-lo ao precipício; do mesmo modo, os membros da multidão, saídos do povo — embora dotados de espírito genial, por nada entenderem de política não podem pretender guiá-la sem perder a nação.

Somente um indivíduo preparado desde a meninice para a autocracia é capaz de conhecer a linguagem e a realidade políticas. Um povo entregue a si próprio, isto é, aos ambiciosos do seu meio, arruina-se na discórdia dos partidos, excitados pela sede do poder, e nas desordens resultantes dessa discórdia. É possível às massas populares raciocinar tranquilamente, sem rivalidades intestinas, dirigir os negócios de um país que não podem ser confundidos com os interesses pessoais? Poderão defender-

se dos inimigos externos? É impossível. Um plano, dividido por tantas cabeças quantas há na multidão, perde sua unidade, tornando-se ininteligível e irrealizável.

Somente um autocrata pode elaborar planos vastos e claros, pondo cada coisa em seu lugar no mecanismo da estrutura governamental. Concluamos, pois, que um governo útil ao país e capaz de atingir o fim a que se propõe, deve ser entregue às mãos dum só indivíduo responsável. Sem o despotismo absoluto, a civilização não pode existir; ela não é obra das massas, mas de seu guia, seja qual for ⁽³⁾. A multidão é um bárbaro que mostra sua barbárie em todas as ocasiões. Logo que a multidão se apodera da liberdade, transforma-a em anarquia, que é o mais alto grau de barbárie.

Vede esses animais embriagados com aguardente, imbecilizados pelo álcool, a quem o direito de beber sem limites foi dado ao mesmo tempo que a liberdade. Não podemos permitir que os nossos se degradem a esse ponto... Os povos cristãos estão sendo embrutecidos pelas bebidas alcoólicas; sua juventude está embrutecida pelos estudos clássicos e pela devassidão precoce a que a impelem nossos agentes, professores, criados, governantes de casas ricas, caixeiros, mulheres públicas nos lugares onde os cristãos se divertem ⁽⁴⁾. No número das últimas, incluo também as mulheres de boa vontade a devassidão e o luxo das perdas.

Nossa palavra de ordem é: Força e Hipocrisia. Somente a força pode triunfar na política, sobretudo se estiver escondida nos talentos necessários aos homens de Estado. A violência deve ser um princípio; a astúcia e a hipocrisia, uma regra para os governos que não queiram entregar sua coroa aos agentes de uma nova força. Esse mal é o único meio de chegar ao fim, o bem. Por isso não nos devemos deter diante da corrupção, da velhacada e da traição, todas as vezes que possam servir as nossas finalidades. Em política, é preciso saber tomar a propriedade de outrem sem hesitar, se por esse meio temos de alcançar o poder.

Nessa conquista pacífica, nosso Estado tem o direito de substituir os horrores da guerra pelas condenações à morte, menos visíveis e mais proveitosas para conservar o terror ⁽⁵⁾ que obriga os povos a obedecerem cegamente. Uma severidade justa, mas inflexível, é o maior fator da força dum Estado; não é somente nossa vantagem, porém nosso dever, para obter a vitória, seguir esse programa de violência e hipocrisia. Semelhante doutrina, baseada no cálculo, é tão eficaz quanto os meios que emprega. Não só por esses meios, mas também por essa doutrina de severidade, nós triunfaremos e escravizaremos todos os governos ao nosso supremo governo ⁽⁶⁾. Bastará que se saiba que somos inflexíveis para que cesse toda insubordinação.

Fomos nós os primeiros que, já na antigüidade ⁽⁷⁾, lançamos ao povo as palavras "Liberdade, Igualdade, Fraternidade" ⁽⁸⁾, palavras repetidas tantas vezes pelos papagaios inconscientes que, atraídos de toda a parte por essa isca, dela somente tem usado para destruir a prosperidade do mundo, a verdadeira liberdade individual, outrora tão bem garantida dos constrangimentos da multidão. Homens que se julgavam inteligentes não souberam desvendar o sentido oculto dessas palavras, não viram que se contradizem, não repararam que não há igualdade na natureza ⁽⁹⁾, que nela não pode haver liberdade, que a própria natureza estabeleceu a desigualdade dos espíritos, dos caracteres e das inteligências, tão fortemente submetidos às suas leis; esses homens não sentiram que a multidão é uma força cega; que os ambiciosos que elege são tão cegos em política quanto ela; que o iniciado, por mais tolo que seja, pode governar, enquanto que a multidão dos não-iniciados, embora cheia de gênio, nada entende da política. Todas essas considerações não abrolharam no espírito dos cristãos; entretanto, é nisso que repousa o princípio dinástico dos governos; o pai transmite ao filho os segredos da política, desconhecidos

fora dos membros da família reinante, a fim de que ninguém os possa trair. Mais tarde, o sentido da transmissão hereditária dos verdadeiros princípios da política se perdeu. O êxito de nossa obra aumentou.

Todavia, no mundo, as palavras Liberdade, Igualdade, Fraternidade puseram em nossas fileiras, por intermédio de nossos agentes cegos, legiões inteiras de homens que arvoraram com entusiasmo nossos estandartes. Contudo, tais palavras eram os vermes que roíam a prosperidade dos não-judeus, destruindo por toda a parte a paz, a tranqüilidade, a solidariedade, minando todos os alicerces de seus Estados. Vereis pelo que se segue como isso serviu ao nosso triunfo; isso nos deu, entre outras cousas, a possibilidade de obter o triunfo mais importante, isto é, a abolição dos privilégios, a própria essência da aristocracia dos cristãos, o único meio de defesa que tinham contra nós os povos e as nações⁽¹⁰⁾. Sobre as ruínas da aristocracia natural e hereditária, elevamos nossa aristocracia da inteligência e das finanças. Tomamos por critério dessa nova aristocracia a riqueza, que depende de nós, e a ciência, que é dirigida por nossos sábios.

Nosso triunfo foi ainda facilitado pelo fato de, nas nossas relações com os homens de quem precisamos, sabermos tocar as cordas mais sensíveis da alma humana: o cálculo, a avidez, a insaciabilidade dos bens materiais, todas essas fraquezas humanas, cada qual capaz de abafar o espírito de iniciativa, pondo a vontade dos homens à disposição de quem compra sua atividade.

A idéia abstrata da liberdade deu a possibilidade de persuadir as multidões que um governo não passa de gerente do proprietário do país, que é o povo, podendo-se mudá-lo como se muda de camisa.

A removibilidade dos representantes do povo coloca-os à nossa disposição; eles dependem de nossa escolha.

(1) É o conceito judaico do direito naturalista de Espinoza. A conferir com a famosa declaração, em discurso, de Stalin: *"Nós, os comunistas, não reconhecemos nenhuma lei moral que de qualquer modo prejudique a liberdade de ação do plano central da revolução"*. Esta declaração dos "Protocolos", de que o direito reside na força, está de acordo com o Talmud, que, segundo as palavras do Prof. Cohen, em abril de 1833, citadas às páginas 62 e 63 do *"Lichtstrahlen am den Talmud"*, ("raios de luz do Talmud"), de Dinter, *"deve ser considerado, ainda hoje, como a única fonte da moral judaica"* e como *"a fonte judaica das leis judaicas"*. O escritor judeu Kadmi Cohen, com efeito, no seu livro *"Nômades"*, págs. 52-53, diz que *"o direito talmúdico nega o fato e exalta a vontade"*. Cita o próprio texto talmúdico que completa o conceito de residir o direito na força: *Ein davar havened Bifnei haraçon*, o que quer dizer: Nada pode resistir à vontade. Em contraposição, o direito romano-cristão se baseia em três preceitos morais: Honeste vivere, viver honestamente; *neminem laedere*, não lesar a ninguém; e *suum cuique tribuere*, dar o seu ao seu dono. A diferença é substancial e evidente.

(2) Cf. René Guénon, *"La crise du monde moderne"*, edição Bossard, Paris, 1927, pág. 185: *"A massa, sem dúvida, foi sempre conduzida deste ou daquele modo, podendo-se concluir, porque ela não passa dum elemento passivo, que é uma matéria no sentido aristotélico"*.

(3) Cf. E. Eberlin, escritor judeu, no *"Les Juifs d'Aujourd'hui"*, edição Rider, Paris, 1927, pág. 41: *"A alta burguesia judaica pretende impor seus pontos de vista, aonde possa, à massa popular"*. (Eles mesmo admitindo...)

(4) O tráfico das brancas e dos entorpecentes (já na época), a prostituição em larga escala, devidamente industrializada (já na época), é obra reconhecidamente judaica. Há uma sociedade internacional denominada *"Zwig Migdal"*, que explora esse rendoso negócio e contra a qual têm sido impotentes as polícias dos Estados Modernos, corrompidos ou judaizados e liberais. Ver a documentação reveladora em Julio Alsogaray, *"La prostitución en Argentine"*, ed Denoel et Steele, Paris.

(5) O papa Bento XV compreendeu isso admiravelmente e preveniu a cristandade em sua epístola Motu Proprio: *"Eis que amadurece a idéia e que a todos os piores fatores de desordem ardentemente se devotam e da qual esperam a realização, o advento duma República Universal, baseada nos princípios da igualdade absoluta dos homens e na comunhão os bens, da qual seja banida qualquer distinção de nacionalidades e que não reconheça nem a autoridade do pai sobre os filhos, nem a do poder público sobre os cidadãos, nem a de Deus sobre a sociedade humana. Postas em prática, tais teorias devem desencadear um regime de inaudito terror"....*

(6) A República Universal, sem autoridade, isto é, com a violência no lugar da autoridade, a que aludiu Bento XV.

(7) Cf. Kadmi-Cohen, "Nômades", pág. 72: *"Assim, nos corações semitas, para falar como Ibn Kaldun, floresciam como realidades vivas a Liberdade e a Igualdade, esses dois princípios gêmeos que, depois não passaram de letras maiúsculas inscritas nos preâmbulos das constituições e na fachada dos edifícios públicos".*

(8) Cf. Bernard Lazare, "L'Antisemitisme", vol II, págs 175-176: *"...os judeus acreditaram, não somente que a justiça, a liberdade e a igualdade podiam ser soberanas do mundo, mas se julgaram com a missão especial de trabalhar para esse reino. Todos os desejos, todas as esperanças que estas três idéias faziam nascer acabaram por se cristalizar em torno duma idéia central: a dos tempos messiânicos".*

(9) Ver René Guénon, "Orient et Occident", pág. 64: *"O preconceito quimérico da igualdade vai de encontro aos fatos mais bem estabelecidos na ordem intelectual como na ordem física: é a negação de toda a hierarquia natural e o rebaixamento de todo o reconhecimento ao entendimento limitado do vulgo".*

(10) Um autor judeu reconhece isso, Jack London, quando escreve à página 206 do "Le Peuple de L'Abime": *"Os grandes senhores feudais de antanho, gigantes louros da história, marchavam à frente nas batalhas. Sacrificavam sua pessoa, lutando duramente para ganhar suas esporas de ouro, fendendo os inimigos ao meio. Havia mais nobreza em manejar a espada de gume de aço do que em enriquecer, como hoje, comodamente sem risco, à custa do embrutecimento humano e da exploração feroz dos párias da vida".*

Os Protocolos dos Sábios de Sião

Demiurge Series - Vol. III

Este texto tem o formato de uma ata, que teria sido redigida por uma pessoa num Congresso realizado a portas fechadas, numa assembleia em Basileia, no ano de 1807, onde um grupo de sábios judeus e maçons teriam-se reunido para estruturar um esquema de dominação mundial. Nesse evento, teriam sido formulados planos como os de usar uma nação europeia como exemplo para as demais que ousassem se interpor no caminho dessa dominação, controlar o ouro e as pedras preciosas, criar uma moeda amplamente aceita que estivesse sob seu controle, confundir os "não-escolhidos" com números econômicos e físicos e, principalmente, criar caos e pânico tamanhos que fossem capazes de fazer com que os países criassem uma organização supranacional capaz de interferir em países rebeldes.

